

## INFORMATIVO - POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

Edição nº 018 - 28 de Junho de 2012

### G20 E O CONSENSO EM TORNO DO CRESCIMENTO

O encontro do G20, grupo das principais economias avançadas e emergentes do planeta, realizado em *San Jose del Cabo*, no México, em meados de junho, trouxe em seu documento final importantes mensagens à economia mundial. Dentre elas, estão a orientação de fortalecimento de medidas para salvaguardar a integridade e a estabilidade econômica na região da União Europeia, e o posicionamento enfático dos Brics a favor da conclusão da reforma de cotas no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Antecipadamente, a reunião era considerada a mais importante desde Londres 2009, quando foi iniciada a discussão de planos de contenção da crise econômica. Com a confirmação da vitória do partido conservador Nova Democracia na Grécia, que precedeu as discussões do grupo, o cenário de expectativa tornou-se positivo, uma vez que a legenda defende a permanência do país na zona do euro e acata as medidas de austeridade propostas pela União Europeia.

Por estarem no centro da crise, os líderes europeus estiverem sob pressão durante o encontro. Nesse sentido, as orientações do documento final indicam claramente a devolução da crise na zona do euro para a Europa. Assim, seus membros foram incentivados a adotar medidas enfáticas pela manutenção da integridade do bloco, principalmente em relação ao caso da Grécia.

Especificamente sobre o caso grego, o presidente francês, François Hollande, apontou que a decisão do G20 é importante para a construção de uma via de mão dupla, através do comprometimento da Grécia com os credores e do apoio dos demais membros a esse país. Além disso, em antecipação a solicitação de medidas em favor da manutenção do bloco, os membros da União Europeia indicaram que vão aprofundar a união bancária, fiscal e política, medida apoiada sobremaneira pelo G20 em favor da construção de uma arquitetura financeira integrada.

Da parte dos Brics, a principal demanda defendida foi a conclusão do processo de revisão de cotas no FMI, a qual deve promover maior participação desses países nas decisões do fundo. Em contrapartida, os países em desenvolvimento definiram os respectivos aportes ao caixa anticrise, uma espécie de *firewall* constituído pelo FMI.

O Brasil, por sua vez, além dos posicionamentos comuns aos Brics, defendeu que sejam retomadas em 2014 as negociações da Rodada de Doha. Segundo a presidente Dilma Rousseff, a crise não pode continuar sendo biombo para uma situação de desequilíbrio global no que se refere ao comércio internacional.

Apesar da importância do anúncio de intenções da União Europeia, em concordância com o G20, e da relevância das doações de auxílio ao pacote anticrise, especialistas apontam que o principal avanço observado no encontro foi uma mudança de percepção das medidas contra a crise, sendo que, para além dos aspectos de austeridade fiscal, serão adotados incentivos ao crescimento. De modo que, a diferença entre o documento final da reunião em referência, com relação aos anteriores, conforme muito bem definiu François Hollande, é uma espécie de consenso em torno do crescimento.

A decisão pela conciliação entre medidas de austeridade e de crescimento das economias atingidas pela crise e o resultado das eleições gregas, transpareceram, ao fim e ao cabo, uma sensação de otimismo com relação à superação do atual cenário econômico. Mas é certo que a resolução da grave situação europeia é perpassada por fatores complexos como a manutenção das decisões anunciadas, pressão popular e fatores de mercado. Experiências internacionais, como a brasileira, demonstram que o incentivo ao crescimento pode ser um caminho viável de recuperação econômica. No entanto, parece impossível determinar precisamente os efeitos de tais medidas no longo prazo.

## DESTAQUES

### **CRISE COMEÇA A MOSTRAR OS SEUS EFEITOS NO BRICS**

A desaceleração da economia na Europa começou a mostrar os seus efeitos nos mercados dos países que compõem o Brics (Brasil, por Rússia, Índia, China e África do Sul). A queda na demanda europeia, maior mercado importador do mundo, teve repercussões no próprio comércio mundial, o que determinou um crescimento de apenas 0,6%, nas economias do Brics.

O caso mais marcante é o da China, onde as exportações de Pequim recuaram 4,2% no trimestre. Já as vendas russas sofreram uma contração de 0,7%. Na Índia, a economia do país caiu para o nível mais baixo em nove anos nos primeiros três meses de 2012. No Brasil, os efeitos puderam ser notados pela redução da produção de sua indústria de 2,8% nos quatro primeiros meses do ano.

### **BRASIL REATIVA PLANO DE RETALIAÇÃO CONTRA EUA**

O governo brasileiro decidiu reativar o plano de retaliação de US\$ 800 milhões contra os Estados Unidos devido ao conflito comercial provocado pelos subsídios ilegais americanos aos seus produtores de algodão. Em 2010, o Brasil havia decidido suspender o plano de retaliação, depois do acordo com os EUA, que passaram a pagar compensação de US\$ 147 milhões anuais destinados a um fundo de apoio aos produtores de algodão brasileiros.

Ocorre que a Lei Agrícola Americana (Farm Bill) tem a sua vigência encerrada em setembro e é possível que ela seja estendida por algum tempo, até que os parlamentares americanos aprovem outra legislação. Contudo, até o momento, não há definição de como fica a compensação para cobrir prejuízos sofridos pelo Brasil. Desta forma, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) decidiu reativar o grupo de trabalho que vai examinar a possibilidade de retaliação. A equipe vai fazer um relatório para ajudar nas ações da CAMEX, caso o acordo entre os dois países, que suspendeu temporariamente o direito brasileiro, seja descumprido.

### **CRISE POLÍTICA NO PARAGUAI E SEUS DESDOBRAMENTOS**

O Paraguai esteve e está no centro das atenções internacionais neste mês de junho. Após um confronto entre polícia e camponeses, o presidente do país Fernando Lugo foi isolado politicamente, investigado e objeto de processo de impeachment em menos de 15 dias.

Em razão do curto processo de impeachment, chamado de "rito sumário", a comunidade internacional está em processo de mobilização para definir como se posicionar perante o país, que está sendo administrado pelo vice-presidente Federico Franco.

O Mercosul suspendeu o Paraguai do Bloco e deverá definir suas próximas ações na reunião de Cúpula, que ocorre entre hoje e amanhã, em Mendoza, na Argentina. A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) também está se reunindo e discutindo o assunto.

Já a Organização dos Estados Americanos (OEA) irá enviar missão ao Paraguai para avaliação da situação política do país e elaboração de um relatório que irá subsidiar a entidade em seu posicionamento.

### **MINISTROS DISCUTEM COMÉRCIO BRASIL-ÍNDIA**

O ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, reuniu-se com o ministro do Comércio e Indústria da Índia, Anand Sharma. Durante o encontro em Brasília (DF), o representante do governo indiano propôs uma ação conjunta dos dois países para elevar o comércio bilateral a US\$ 15 bilhões até 2014. Tal meta representaria um aumento de mais de 63% do valor das trocas comerciais realizadas em 2011 entre Brasil e Índia, que somaram US\$ 9,2 bilhões.

Para alcançá-la, o plano dos dois países é explorar nichos complementares de suas economias, como os setores de fármacos, mineração, petróleo e a indústria da aviação. Com uma enorme classe média em ascensão e uma demanda crescente por alimentos, a Índia também poderia tornar-se um grande mercado para o agronegócio brasileiro.

### **BRASIL E ARGENTINA TENTAM NORMALIZAR COMÉRCIO BILATERAL**

As secretárias do Comércio Exterior do Brasil e da Argentina, Tatiana Prazeres e Beatriz Paglieri, deverão realizar reunião para discutir a superação dos entraves no comércio bilateral, antes da cúpula do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em Mendoza, na Argentina.

A proposta seria que durante uma semana os dois países acelerariam a liberação de licenças, do lado brasileiro, e da autorização para as importações, do lado argentino, do grupo de produtos considerados "sensíveis". No caso brasileiro carne suína, calçados, máquinas agrícolas e produtos da indústria têxtil. Já para a Argentina vidro, frutas, azeite de oliva e azeitona.

Após o monitoramento, caso os resultados sejam satisfatórios, outras liberações seriam feitas. O fluxo comercial entre os dois países está enfrenta obstáculos desde 2011, com a escalada de medidas protecionistas do lado argentino e retaliações brasileiras.

### **ACORDO ENTRE CHINA E MERCOSUL**

Os governos da China e Brasil, Argentina e Uruguai - os três países que atualmente estão como membros plenos do MERCOSUL - oficializaram o interesse em firmar uma declaração conjunta estabelecendo uma "aliança estratégica global" entre o país asiático e o bloco econômico.

O anúncio foi feito após teleconferência organizada pela presidente argentina Cristina Kirchner, com a participação da presidente Dilma Rousseff e do presidente uruguaio José Mujica. A suspensão paraguaia, devido à crise com o *impeachment* do presidente Fernando Lugo, viabilizou uma postura comum do bloco, já que o Paraguai era o único país do Mercosul que não reconhece o governo de Pequim como o representante da China.

De acordo com o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, o objetivo das tratativas é abrir caminho para um tratado de livre comércio.

## RADAR LEGISLATIVO

### COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA

As relações comerciais do Brasil com a Argentina tiveram destaque na agenda do Congresso Nacional durante o mês de junho, pois foi objeto de três audiências nas seguintes instâncias: duas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal e a outra no âmbito da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CPCMS). Os debates contaram com a participação de empresários e de especialistas na área.

De modo geral, os representantes do governo defenderam que a queda das exportações brasileiras para o vizinho não foram consequências exclusivas das novas exigências impostas por este país. Nesse sentido, atribuíram o contexto também à crise financeira internacional e à situação econômica da Argentina. Tanto o representante geral do Mercosul, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, quanto o representante brasileiro junto ao bloco, embaixador Ruy Carlos Pereira, defenderam que o futuro da economia dos dois países não pode ser vista de forma isolada. Essa visão também foi compartilhada pelo secretário-executivo do ministério do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, para quem não haverá desenvolvimento industrial brasileiro sem integração mais efetiva com a Argentina.

Durante as discussões, os parlamentares apresentaram problemas concretos que seus estados estão enfrentando diante das novas medidas e, nesse contexto, cobraram atitudes imediatas por parte do governo. As principais dificuldades apontadas foram: produtos retidos na fronteira, muitas vezes perecíveis; impactos negativos no mercado de trabalho do RS; ambiente de insegurança gerado por acordos não cumpridos pela Argentina; falta de atenção do governo brasileiro frente aos pleitos dos estados do sul.

### PERSPECTIVAS ECONÔMICAS PARA O 2º SEMESTRE

O presidente do Banco Central (BACEN), Alexandre Tombini, compareceu por duas vezes ao Congresso Nacional nesse último mês com o intuito de debater os resultados e as perspectivas futuras da política monetária brasileira. Os principais tópicos tratados foram: perspectiva de crescimento da economia brasileira e o nível de endividamento da população.

A autoridade reconheceu que o país está crescendo abaixo do esperado, mas que as medidas de estímulo ao consumo e os baixos índices de desemprego do país refletirão no aumento do ritmo de crescimento econômico no segundo semestre. Nesse contexto, o deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) lamentou que o governo esteja apostando no consumo como única forma de reativar a economia. Para o parlamentar, o governo Dilma deveria investir nas reformas, como a tributária. Por outro lado, os parlamentares da base aliada do governo elogiaram a atuação do BACEN, que em agosto do ano passado iniciou um movimento de redução da taxa Selic.

Tombini informou que déficit público nominal poderá ficar abaixo de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013 e que a tendência de declínio dá-se em virtude de um conjunto de medidas que têm ajudado o Brasil a enfrentar com sucesso a crise internacional. Ainda no que diz respeito a situação fiscal, Alexandre Tombini citou também o valor das reservas internacionais brasileiras, que giram em torno de 14% da economia do país e previu a realização de um superávit primário da ordem de 3% a 3,1% do PIB em 2012. Quanto ao cenário internacional, ele declarou que continua caracterizado por mercados voláteis e pelo baixo crescimento da economia mundial.

A situação de inadimplência do brasileiro foi objeto de preocupação dos parlamentares, uma vez que esse é um dos fatores que, segundo especialistas, podem segurar o crescimento econômico. De acordo com o presidente do Banco Central, a tendência em relação à inadimplência no crédito no Brasil é de estabilização e recuo a partir do segundo semestre deste ano e informou que os empréstimos tomados a partir do segundo semestre de 2011 já apresentam um nível menor de inadimplência.

## AGENDAS

29/junho: 43ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Mendoza, na Argentina.

02-06/julho: 4º Congresso Internacional EURSOIL 2012, em Bari, na Itália.

02-03/julho: 30º Encontro Empresarial e a 39ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil- Alemanha, em Frankfurt, na Alemanha.

13/julho: Seminário de Operações de Comércio Exterior, no Rio de Janeiro, no Brasil.

15-17/julho: Reunião Extraordinária da Rede de Cooperação para a Análise das Políticas Agropecuárias nos Países do MERCOSUL, em Buenos Aires, na Argentina.